

Altenor Pereira

Investimos pouco na juventude e muito menos no Desporto

Entrevista conduzida por João de Sousa

Maputo, 19 de dezembro de 2019

Nasceu em Quelimane, Zambézia, em 1947. Formou-se em engenharia civil. No início dos anos 60 foi estudar para Coimbra, onde jogou futebol pela Académica de Coimbra. Praticante de desporto, principalmente de futebol, desde os dez anos, no Benfica de Quelimane. Desde os anos 60 esteve, como atleta e dirigente, ligado a vários clubes desportivos, nomeadamente o Benfica de Quelimane, a Académica de Coimbra, o Clube Africano de Nampula, o Clube Recreativo da CETA, o Grupo Desportivo de Maputo, o Clube Ferroviário de Maputo e a Académica de Moçambique, que depois da independência se passou a chamar Académica de Maputo.

Na Associação Académica de Maputo, seu clube de eleição, foi, além de atleta, treinador, diretor técnico, vice-presidente da assembleia geral e presidente da direção, entre 1992 e 2020.

Como dirigente desportivo, foi membro do Conselho Nacional do Desporto (2000-2004), administrador e presidente do Fundo de Promoção Desportiva (1998-2012), membro da Comissão Executiva da Candidatura de Moçambique ao CAN de 2010.

Presidente da mesa da assembleia geral da Associação de Treinadores de Futebol de Moçambique, foi galardoado na categoria de mérito desportivo. Na qualidade de dirigente desportivo esteve envolvido na gestão e construção/reparação/manutenção de diversas instalações desportivas.

João de Sousa (JS): Quem é Altenor Pereira?

Altenor Pereira (AP): Os meus pais vieram para Moçambique durante a II Guerra Mundial, conheceram-se em Lourenço Marques e, após casamento, seguem, primeiro, para a província de Nampula (Namapa) e, depois, para a província da Zambézia (Mulevala), trabalhando para a Companhia de Algodões de Moçambique, e acabando por fixar residência na cidade de Quelimane – onde eu nasço em 1947.

JS: Praticou desporto?

AP: Estou ligado ao desporto de competição desde os 10 anos, nas modalidades de natação e hóquei em patins no Benfica de Quelimane – clube onde o meu pai foi dirigente.

Em Coimbra, para onde fui nos inícios de 1960, pratiquei natação e atletismo na AAC, escalão de cadetes e, depois de 1963 até ao meu regresso a Moçambique, no final de 1967, pratiquei futebol nos escalões de principiantes, juniores e seniores, sempre na Académica de Coimbra.

JS: Teve familiares atletas ou dirigentes de clubes e associações desportivas?

AP: Como disse, o meu pai no Benfica de Quelimane e um dos seus irmãos no Sporting de Quelimane foram atletas e dirigentes dessas coletividades nas décadas de 50 e 60. Outros familiares estiveram ligados ao basquetebol e ao automobilismo. Uma família que gostava de desporto.

JS: Como era o desporto e que memórias guarda?

AP: Como estive fora do país de 1960 a 1968, apenas me poderei pronunciar sobre o período final do colonialismo. De 1968 a 1972 cumpri o serviço militar obrigatório no exército português. Representei, como atleta, duas coletividades cujos dirigentes assumiam posições anticoloniais: Académica em Maputo e o Clube Africano em Nampula.

Antes, tive breve passagem pelo Benfica de Quelimane, em 1967/68, como tributo ao meu pai. As memórias que guardo são boas, pois em todos os casos me integrei facilmente. Eram equipes cujo estrato social era diferente. De um lado a elite universitária, e do outro a classe média de militares forçados (SMO) aonde já existia a consciência da moçambicanidade.

Deixo uma estória pontual – a minha decisão de jogar no Clube Africano em Nampula, teve um impacto que ultrapassou a minha qualidade como futebolista acabado de chegar da metrópole, com uma rápida passagem pela Académica de Moçambique. Uma passagem por uma associação antifascista e anticolonialista de Maputo, de equipamento preto, não era o suficiente para justificar a minha opção desportiva. E daí algumas “conversas amenas” e perseguições disfarçadas, a nível do Comando e da Inteligência Militar, de 1970 a 1972. Com a sensação de que, a partir daí, veladamente, alguém seguia os meus passos. Hoje acredito que não foi por acaso que fui mobilizado para a Operação Nó Górdio – afinal 45 dias no Moçambique profundo (Mueda e Nangololo).

A Associação Académica de Moçambique era uma organização democrática e unitária

JS: Estudou em Portugal e depois em Moçambique, na altura em que (1967/68) a Associação Académica de Moçambique surgiu no panorama desportivo como clube desportivo representativo da Uni-

versidade de Lourenço Marques. Fale no seu envolvimento com a Académica, cujo surgimento constituiu uma lufada de ar fresco no cenário desportivo em Lourenço Marques.

AP: Não vivi intensamente os momentos de luta estudantil em Moçambique, quer a nível dos Estudos Gerais quer mesmo da Universidade de Lourenço Marques, pois, como disse, estive em Coimbra onde também estava em curso uma luta antifascista por parte da Associação Académica de Coimbra (AAC) e, de 1968 a 1972, cumpri o serviço militar obrigatório.

Até à independência, tive oportunidade de participar, como ativista a nível associativo, particularmente a nível do desporto universitário como atleta, treinador e dirigente associativo, dentro do possível das condições do colonial-fascismo do momento.

A Associação Académica de Moçambique (AAM) era uma organização democrática e unitária que trabalhou no plano associativo estudantil pela qualidade do ensino, promoção da cultura e do desporto e autonomia universitária – incluindo a liberdade de reunião, de expressão e de informação e a participação dos estudantes – na resolução dos seus problemas por uma Universidade no Moçambique independente. Portanto, os seus dirigentes e ativistas, centenas em todos os cursos, com amplo apoio da massa estudantil, lutaram por esses ideais e, por isso, alguns deles foram atingidos pela repressão fascista. Após o 25 de Abril de 1974, dirigentes e ativistas associativos, assumiram-se como defensores da independência de Moçambique e, no quadro da luta dirigida pela Frelimo, contribuíram corajosamente para a vitória da causa da emancipação nacional do povo moçambicano. A história da AAM é, na minha opinião, um capítulo breve, mas muito importante da história contemporânea de Moçambique e, como tal, deve ser conhecida por todos e, sobretudo, pelas novas gerações de moçambicanos, em particular os estudantes da UEM e dos universitários em geral.

JS: Nos anos 60 já não existia (oficiosamente!) distinção/separação entre o futebol do subúrbio e do cimento, traduzida na extinção da AFA (1959) e da integração dos seus clubes e atletas na AFLM (escala secundário). Na altura em que regressa a Moçambique, sendo a sociedade moçambicana caracterizada por uma enorme diferenciação sócio-racial, o racismo era ainda uma evidência? Sentiu pessoalmente que havia discriminação racial no desporto?

AP: Ao regressar em 1967 pude claramente sentir que era uma ferida por fechar. Aliás, em Lourenço Marques não era por acaso que existiam os Inhambanenses, Gazenses, Mahafil Islamo e tantos outros. Havia um esforço claro de mudança, mas continuavam a existir coletividades onde nem todos tinham acesso. Curiosamente, pude constatar com algum orgulho superficial que, aparentemente, na minha terra natal, Quelimane, o processo de integração social e racial estava à frente. Mas quando chega a independência sou apanhado de surpresa, porque a maior parte dos meus amigos (de todos os segmentos sociais) abandonaram o país. Afinal, tudo parecia estar no caminho certo quando, na realidade, miscigenação não queria significar moçambicanidade.

JS: No bairro onde vivia sentia-se uma diferenciação social grande (pessoas de origens sociais, raciais, religiosas, diferentes)?

AP: Do que recorde antes de 1960, e após 1967, era evidente que havia diferenciação social. Contudo, para nós, jovens e em Quelimane, sempre tive amigos próximos sem olhar para a origem social, racial ou religiosa, alguns deles amigos para a vida.

Acredito que o obscurantismo e a crença nos vovôs fazem parte da cultura dos povos

JS: Deu conta do convívio do desporto em geral com práticas de feitiçaria (o célebre vovô referido por José Craveirinha)? Se sim, pode dar alguns exemplos e expor como essas práticas decorriam? E hoje, essa prática de recurso ao “vovô” mantém-se e é aceite pelos agentes desportivos?

AP: Acredito que o obscurantismo e a crença nos vovôs fazem parte da cultura dos povos. Falo no plural, porque, de alguma forma em Portugal, onde estive de 60 a 67, também existia e, por certo, que ainda existe, agora com outra sofisticação.

Pessoalmente e por razões culturais, diria que não acredito em bruxas, mas que ajudam, não tenho dúvida. Em Moçambique, e durante a minha breve passagem pelo Desportivo e Ferroviário, pude confirmar que era uma realidade, prática corrente. E, naturalmente, nunca agi em contrário, mas sempre fiz questão de dizer que se vovô ganhasse jogos, todas as equipas eram campeãs. Hoje estou consciente de que o fator psicológico é pedra fundamental na preparação de atletas de alto rendimento.

JS: Discorra sobre essa trajetória ao serviço do desporto, mormente do futebol, em Moçambique, ou seja, sobre o desporto nos primeiros dez anos de Moçambique independente e sobre o seu envolvimento.

AP: De 1972 a 1978, estive ligado à AAM, como atleta sénior de futebol, treinador responsável pela formação, treinador de juniores, adjunto da equipa sénior, secretário técnico e treinador da equipa sénior. Entre 1979 e 1981, estive ligado ao Clube Recreativo da Ceta, de que fui fundador, presidente e treinador. CETA é a sigla de uma empresa e significa Construção, Estruturas, Terraplanagem e Asfaltagem. Em 1982-83 treinei o futebol sénior do Grupo Desportivo de Maputo e do Clube Ferroviário de Maputo (83/84). Entre 1975 e 1986 tive diversas participações como treinador e selecionador provincial e

nacional de futebol nas categorias de sub-20 e Seleção “A”. Entre 1992 e 2019, estive ligado à Associação Académica de Maputo, na qualidade de dirigente (vice-presidente da assembleia geral e presidente da direção), treinador de futebol e diretor técnico do futebol. Sou até hoje o presidente da direção da AAM. Fui membro do Conselho Nacional de Desporto (CND) entre 2000 e 2004, administrador do Fundo de Promoção Desportiva (FPD) entre 1998 e 2003 e presidente do Conselho de Administração de 2003 a 2012. Fui, ainda, chefe da Comissão Executiva da candidatura de Moçambique ao CAN 2010. Em 2008 fui presidente da mesa da assembleia geral da Associação dos Treinadores de Futebol de Moçambique. Fui galardoado na categoria de mérito desportivo pelo Presidente Filipe Nyusi no 40.º aniversário da Independência, em 2015.

Ainda na qualidade de dirigente desportivo, participei na gestão, construção, reparação e manutenção de diversas instalações desportivas, nomeadamente o campo de futebol da Habitação (Maputo), o campo de futebol da CETA (Caia/Vila Fontes), o complexo desportivo da AAM (Maputo) – hoje o Complexo Desportivo Alténor Pereira – o complexo desportivo de Pemba, o estádio de Pemba e o pavilhão multiusos de Lichinga.

Os argumentos que foram usados para o encerramento da Associação Académica não serviram os interesses do Desporto

JS: Tal como todos os universitários do seu tempo, você deve ter sofrido um choque quando, após a independência, a Académica foi desvinculada da instituição universitária que a viu nascer. Fale sobre esse processo.

AP: Tratou-se de uma ação de contornos pouco claros, até porque os argumentos que foram usados para o encerramento da Associação Académica, para além de não

A Associação Académica de Moçambique

foi uma coletividade eclética que contribuiu para o desporto moçambicano, através da sua secção desportiva, igualmente designada Associação Académica. A participação da AAM fez-se sentir na promoção da vida desportiva e não só entre os estudantes universitários. Após a independência, em 1975, com a dinâmica revolucionária, a ação desportiva nas escolas foi limitada à educação física de carácter obrigatório. Estava em curso a criação de uma organização da juventude moçambicana que superentenderia as atividades para jovens. A partir daí, a prática desportiva no meio universitário perdeu relevância. Em 1976, iniciou-se a desvinculação da agremiação desportiva Associação Académica da universidade, consumada em 1977, com o que findou a atividade desportiva na Universidade Eduardo Mondlane. Foi uma decisão administrativa da entidade de tutela, a Secretaria de Estado da Juventude/Ministério da Educação.

Entre as “orientações” sobre a dissolução da Académica, destacava-se a sua transformação em clube de bairro e a consequente mudança de nome para Clube da Polana, por se localizar neste bairro. O Clube da Polana, cujo registo oficial se desconhece, chegou a participar no campeonato da cidade (distrital), durante uma época (1977/78). Depois, praticamente cessou a sua atividade.

A partir de 1978/79 iniciou-se um movimento de antigos adeptos e dirigentes, que não se tinham conformado com o destino dado pelas entidades governamentais à agremiação desportiva estudantil, com vista à recuperação da Académica, processo que culminou na confirmação da Associação Desportiva Académica de Maputo em 1987/88, pouco depois designada Associação Académica de Maputo. Desde essa data percorreu-se um longo caminho que levou ao reconhecimento da agremiação por parte das entidades universitárias, em particular da Universidade Eduardo Mondlane. Hoje, a Associação Académica de Maputo tem uma participação ativa no desporto nacional, contribuindo com a sua presença em várias modalidades desportivas, mormente futebol, basquetebol, voleibol e hóquei em patins.

[Aditamento de A. Rocha]

corresponderem à verdade, não serviram os interesses do Desporto. A realidade de hoje é a prova de que essa decisão foi no mínimo precipitada e que teve apenas a ver com demagogias políticas próprias de um processo que estava em curso. A Associação Académica de Moçambique foi uma coletividade eclética que deu um contributo de qualidade para o desporto moçambicano, através da sua agremiação desportiva, igualmente designada Associação Académica. A participação da AAM fez-se sentir na promoção e enriquecimento da vida desportiva, não só entre os estudantes universitários, como no desporto em geral, em Moçambique. Com a independência, em 1975, a dinâmica revolucionária conduziu ao fim da atividade desportiva na já designada Universidade Eduardo Mondlane. Foi uma decisão do Governo em 1977. A partir de 1978/79 teve início um movimento de antigos adeptos e dirigentes inconformados com a decisão e anunciando a recuperação da Académica – processo que culminou na confirmação da Associação Desportiva Académica de Maputo em 1987/88, mais tarde designada Associação Académica de Maputo. Desde essa data foi percorrido um longo caminho que culminou no reconhecimento da agremiação pela Universidade Eduardo Mondlane. Hoje, a Associação Académica de Maputo tem uma participação prestigiada em várias modalidades, mormente futebol, basquetebol, voleibol e hóquei em patins.

JS: Acredita que a Académica voltará a ser uma referência no desporto moçambicano?

AP: Acho difícil. Tudo mudou e sem investimentos é difícil voltar a disputar os títulos provinciais, nacionais e internacionais. De qualquer forma, não deixamos de trabalhar para isso.

JS: Que modalidades desportivas se praticam hoje na Académica?

AP: Atualmente temos a modalidade de futebol masculino em todos os escalões. Voleibol,

hóquei patins e basquetebol – modalidade que nos sagramos Campeões Africanos femininos em Abidjan (2001).

JS: A primeira Constituição de Moçambique (1975) não dedica um único artigo ao Desporto. Foi preciso esperar por 1990 para essa área social ser inserida na Constituição.

AP: Acredito que este facto, aliado à ausência de currículo escolar na área de educação física e desporto, é a causa fundamental da falta de cultura desportiva a nível dos nossos jovens e dos resultados nacionais e internacionais que temos.

JS: Temos hoje mais e melhor desporto do que tínhamos nos períodos pré (anos 60/70) e pós-independência até aos anos 90?

AP: Os resultados dizem que não. Mas, olhando especificamente para o caso da Académica, diria que existem contradições quando tentamos encontrar as razões que explicam essa falta de resultados nacionais e internacionais. Não é verdade que seja a falta de instalações ou de recursos humanos que nos levou a este estágio. A Académica, na sua história, teve melhores resultados no passado, mesmo sem ter as instalações e os recursos humanos que hoje tem.

O que na realidade acontece é que, para além da evidente falta de cultura desportiva, a sociedade está em constantes mudanças, as ofertas [de lazer, A. Rocha] a todos os níveis, quer em quantidade, quer em qualidade, são completamente diferentes de há 20 anos, daí termos estádios vazios durante as competições.

Outro grande óbice é o de investirmos pouco na juventude e muito menos no desporto.

JS: Neste contexto, e tendo em conta o seu valioso currículo no desporto, que recomendações e ideias nos pode delinear para que o desporto em Moçambique

ocupe o lugar a que tem direito nos contextos nacional e internacional?

AP: Hoje, temos uma Lei do Desporto que peca por não ter tido presente a nossa realidade, mas que possui instrumentos necessários para gerir o desenvolvimento desportivo nacional. O desenvolvimento desportivo não se faz se não houver políticas e programas audaciosos e exequíveis a nível escolar e a nível recreativo, não esquecendo o desporto no trabalho. Para tal, temos que investir em recursos humanos (formação de dirigentes, técnicos, medicina desportiva) que sejam o garante da exequibilidade desses programas de desenvolvimento. Temos que investir em instalações pelo país inteiro – não falo de estádios, mas sim de campos polivalentes, pistas de atletismo, campos de futebol e outros de fácil gestão e manutenção.

Os clubes, para que possam disputar provas a nível nacional, terão que investir na formação – dois a três escalões, no mínimo. Temos que ter presente o país em que vivemos para decidir as modalidades onde investir, as provas a realizar. Temos que ter dados para decidir quais as modalidades prioritárias e tornar obrigatória a sua prática a nível escolar (primário e secundário). Para modalidade considerada prioritária, ter programas de desenvolvimento a cinco e dez anos, e implementá-los gradualmente a nível escolar (primário e secundário). É importante que equipas especializadas possam monitorar estes programas de desenvolvimento, por forma a introduzir valor acrescentado durante as diversas fases de implementação. Deverão ser definidos objetivos concretos para cada uma das fases, que tenham presente a realidade a cada instante.